

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PROFISSIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

SOLIDARITY ECONOMY AND THE FOREIGN TRADE PROFESSIONAL

RESUMO: Tendo em vista que os mais de 33 mil empreendimentos da Economia Solidária (ES) em todo o país são responsáveis por cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pesquisa-se sobre uma nova alternativa de desenvolvimento, que impacta na mudança, no modo de produzir, comercializar e consumir, a fim de apresentar o campo multiforme de iniciativas que correspondem às práticas de ES aspirando à atuação profissional do Tecnólogo em Comércio Exterior, com responsabilidade social e visão de comércio justo. Para tanto, é necessário apresentar o conceito de economia solidária e comércio justo, identificar as principais práticas relacionadas à economia solidária e sua importância econômica e a maneira como tecnologias sociais podem contribuir para desenvolvê-la. Realizou-se, então, um estudo de caso, voltado ao processo de obtenção da certificação *Fair Trade*, com duas organizações ligadas ao Comércio Justo e Solidário, verificando-se que esse processo ainda apresenta dificuldades e burocracia para pequenos agricultores familiares, porém contribui para ampliar sua demanda de clientes e melhorar o preço de seus produtos, eliminando os entraves e valorizando seus produtores. Conclui-se que a prática da ES propicia ao futuro tecnólogo em comércio exterior a possibilidade de unir diversas ferramentas para atuar de modo eficaz na adaptação das organizações ao contexto internacional, corroborando para acesso a opções de mercado com preço justo. O despertar de consciência para as questões de desigualdade alicerçadas em valores humanos, econômicos e em práticas sustentáveis e sociais, colaboram para uma visão mais humanizada e emancipadora, permitindo ações mais conscientes correlatas ao uso da inteligência cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Justo. Práticas Solidárias. Tecnologia Social.

ABSTRACT: Bearing in mind that the more than 33 thousand Solidarity Economy (SE) enterprises across the country are responsible for about 8% of the national Gross Domestic Product (GDP), research is being done on a new development alternative that impacts on change, in the way of producing, commercializing and consuming, to present the multiform field of initiatives that correspond to the ES practices aspiring to the professional performance of the Technologist in Foreign Trade, with social responsibility and fair trade vision. Therefore, it is necessary to present the concept of solidarity economy and fair trade, to identify the main practices related to solidarity economy and its economic importance and how social technologies can contribute to developing it. Then, a case study was carried out, focused on the process of obtaining Fair Trade certification, with two organizations linked to Fair and Solidary Trade, verifying that this process still presents difficulties and bureaucracy for small family farmers, but it contributes to expand its customer demand and improve the price of its products, eliminating barriers and valuing its producers. It is concluded that the practice of higher education provides the future technologist in foreign trade with the possibility of joining several tools to act effectively in adapting organizations to the international context, corroborating for access to market options at a fair price. The awakening of awareness of inequality issues based on human, economic values and sustainable and social practices, collaborate towards a more humanized and emancipatory vision, allowing more conscious actions related to the use of cultural intelligence.

KEYWORDS: Fair Trade. Solidarity Practices. Social Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos inúmeros movimentos sociais existentes na idade contemporânea, o movimento da Economia Solidária (ES) possui uma ampla notoriedade no âmbito nacional e também internacional. O conceito tem como foco a solidariedade e procura fortalecer valores de cooperação e igualdade no âmbito de suas políticas.

Diferente do capitalismo vigente, a ES surge como nova alternativa de desenvolvimento, contribuindo para a restauração dos impactos ocasionados pela globalização por meio de geração de empregos e distribuição de riqueza com redução das desigualdades, propagando a inclusão social e contribuindo para a superação da miséria.

Nesse sentido, o comércio justo é outro elemento fundamentado como processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário. Contribui para o desenvolvimento sustentável, oferece melhores condições comerciais e assegura o direito dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados (COTERA; ORTIZ, 2009).

Dessa forma, essa pesquisa se demonstra necessária na medida em que se observa – como coloca Singer (2002) – quão pouca importância as pessoas dão a esse assunto, principalmente por acreditarem que a ES não é lucrativa. Sendo assim, é de suma importância contribuir para o despertar de consciência para as questões de desigualdade alicerçadas em valores humanos, econômicos e em práticas sustentáveis e sociais, propiciando uma visão mais humanizada e emancipadora.

O presente trabalho traz um breve histórico, bem como o conceito de comércio justo e a forma como é praticado na atualidade. Além disso, trata particularmente da ES e suas diferentes vertentes, a partir de um estudo de caso com organizações ligadas à ES e ao comércio justo, sobre o processo de obtenção da certificação *Fair Trade*. O perfil do profissional de comércio exterior foi estudado para demonstrar de que forma as iniciativas solidárias podem contribuir para sua carreira e como o Tecnólogo em Comércio Exterior pode ser útil na propagação da ES.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica em bases de dados por intermédio de artigos científicos, livros, dissertações e teses publicados sobre a temática em estudo.

A fim de conhecer a realidade de organizações ligadas ao Comércio Justo e Solidário, foram estudadas uma associação do setor de cafeicultura e uma cooperativa no ramo de produção de café solúvel. Dessa forma, realizou-se um estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas por meio de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

Nas entrevistas, aplicadas em junho de 2019, foi aplicado um questionário com informações pertinentes ao processo de obtenção da certificação *Fair Trade*, abordando aspectos como a motivação que levou as organizações estudadas a obterem a certificação, as dificuldades durante o processo, bem como os retornos e vantagens observadas com sua implementação, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Questões usadas na entrevista

- O que motivou a empresa a obter a certificação?
- Quais as dificuldades para obter a certificação?
- Qual foi a empresa certificadora?
- Quais os retornos dessa certificação para empresa?
- Principais vantagens observadas?

Com as respostas obtidas nas entrevistas foi realizada análise qualitativa dos dados para avaliação do processo de certificação por cada organização em específico, conforme apresentado no item 4 deste artigo.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS PRÁTICAS

O autor Paul Singer (2002), considerado precursor da ES no Brasil, define-a como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Ainda ressalta que o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, “clubes de trocas”, “bancos do povo” e outras organizações populares urbanas e rurais.

Com o passar dos anos surgiram outras práticas, como o *Software Livre*, que tem a capacidade de colocar em rede milhares de pessoas. Com o desenvolvimento dessa tecnologia social sistêmica originaram-se várias outras como: *AirBnb*, *Couchsurfing*, *Workaway*, *TripDa* e o *BeepMe*, *Crowdfunding* e *Carona Solidária*.

Pode-se dizer, portanto, que as práticas por intermédio dos ESS (Empreendimentos Econômicos Solidários) são atividades econômicas organizadas a partir do princípio da cooperação,

autonomia e gestão democrática que contribuem para a transformação social e o desenvolvimento sustentável.

3.2 COMÉRCIO JUSTO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O movimento de comércio justo, ético e solidário se iniciou no final do século XIX, aproximando produtores pobres do Sul do mundo e consumidores da Europa.

Segundo Cruz (2006):

Há 40 anos, organizações não-governamentais dos países do Norte, especialmente as europeias, em diálogo com organizações não-governamentais e grupos de produtores dos países do Sul, vêm desenvolvendo um enfoque alternativo ao comércio internacional tradicional, denominado comércio justo ou comércio equitativo, buscando reverter a tendência injusta dos intercâmbios no comércio internacional, promovendo o reconhecimento do trabalho dos produtores do Sul através do pagamento de um preço justo a seus produtos e sensibilizando os consumidores do Norte no conhecimento dessa realidade (CRUZ, 2006).

Esse movimento deu início à implementação de mercados alternativos nos países do Norte, com normas precisas para cada produto. O número desses produtos é cada vez mais diversificado e se coloca em vários canais de comercialização utilizados pelo Comércio Justo e Solidário.

As exportações são favorecidas, portanto, por meio do comércio justo que, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais resulta no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES), os quais tem entre seus princípios a autogestão, a cooperação e a inclusão de grupos menos favorecidos da sociedade (EID; PIMENTEL, 2001).

Dessa forma, a certificação *Fair Trade*, que adota medidas regulatórias para produção de mercadorias com preço justo e consumo ético solidário, é uma importante estratégia para facilitar o ingresso de organizações de produtores no mercado internacional (SEBRAE, 2013).

O comércio justo e solidário contribui ainda para o desenvolvimento sustentável ao promover a valorização e preservação do meio ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agroecológica e das atividades do extrativismo sustentável (CONSUMO SOLIDÁRIO, 2019), o que atende aos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e às 169 metas previstos pela Agenda 2030 da ONU - Organização das Nações Unidas (CLAC, 2019).

3.3 TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com o Banco de Tecnologias Sociais (2019), a Tecnologia Social (TS) compreende produtos, técnicas ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidos na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. A interação entre TS e o contexto empresarial,

por exemplo, somam ferramentas necessárias que podem contribuir para solucionar problemas sociais, como também agregar informação e conhecimento para mudar a realidade.

No dizer de Dagnino (2011), construir a ponte, no sentido de elaborar políticas públicas, é essencial para produzir o suporte cognitivo – a TS – necessário para tornar sustentável no plano econômico, social, cultural e ambiental. O autor compara a economia solidária, a um foguete em fase de projeto e as tecnologias sociais à plataforma de lançamento do foguete.

Assim, para que a economia solidária exista, precisa das tecnologias sociais, que a tornam mais concreta e talvez menos utópica. As tecnologias sociais são tecnologias aplicadas a “empreendimentos econômicos solidários” implementando formas novas de trabalho ou instrumentos mais adequados, ou ainda processos de organização e desenvolvimento comunitário ou caminhos criativos para a “participação popular e controle social da esfera pública” (MELLO; MELLO, 2010).

O desenvolvimento tecnológico não segue uma trajetória única e linear, sendo influenciado por relações de força e apropriado de forma desigual por grupos sociais. Neste sentido, há uma relação direta entre tecnologia e produção de desigualdades sociais (REDE MOBILIZADORES, 2013).

3.4 PERFIL DO PROFISSIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

O profissional que atuará em operações de comércio exterior, além de competências pessoais, emocionais, sociais e técnicas, deverá adotar uma postura de perseverança e dinamismo para completar uma sólida formação global. É o que afirma Peña (2013), ao comentar a necessidade do profissional de comércio exterior como um decodificador dos elementos supracitados, bem como a relevância de sua atuação na esfera empresarial e internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

4 ESTUDO DE CASO

As duas organizações pesquisadas neste estudo foram escolhidas aleatoriamente, entre aquelas que possuíam o selo *Fair Trade* (certificadas por meio da FLO-Cert) e se dispuseram a responder o questionário enviado.

A seguir são identificadas e caracterizadas cada uma dessas organizações.

1. A Indústria de Café Solúvel Cocam, que foi construída em 1970 na cidade de Catanduva (SP). Possui sólida presença e exporta para mais de 35 países, sendo referência em toda a região e uma das principais indústrias brasileiras na produção de café solúvel, reconhecida mundialmente pela excelência de seus cafés.

2. A Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'antas (ASSODANTAS), foi criada em 05 de março de 2004 para unir os produtores rurais da comunidade rural do Córrego D'antas, localizada em Poços de Caldas (MG) onde originalmente instalaram-se diversas famílias descendentes de italianos.

As respostas de cada uma das organizações estudadas foram sintetizadas no Quadro 2, visando sua análise e comparação.

5 RESULTADOS OBTIDOS

Quadro 2 – Resultados Gerais do Questionário Aplicado

| Organizações/ Certificadora | Motivos/Vantagens | Desvantagens | Retorno/Observações |
|--|--|--|---|
| Cooperativa Indústria de Café Solúvel Cocam (Município de Catanduva/SP); Certificadora FLOCERT. | Atingir a demanda de clientes internacionais que buscam pelos produtos <i>Fair Trade</i> ; Processo de adesão menos burocrático e sem dificuldades, pois já possuem a ISO 9001; Atender clientes que solicitam a norma <i>Fair Trade</i> . | Sem desvantagens, uma vez que a ISO 9001 é baseada em rastreabilidade e outros requisitos específicos que coincidem com do <i>Fair Trade</i> , facilitando sua aplicabilidade e implementação. | Empresas que formam cooperativas e que já possuem certificações de qualidade têm maior vantagem no processo de adesão; o retorno foi no aumento de novas parcerias comerciais; Diferente da ASSODANTAS que teve que passar por todas as etapas burocráticas; A Cocam possui habilitação no Radar/Siscomex para atuação no comércio internacional. |
| Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'antas - ASSODANTAS (Poços de Caldas/MG); Certificadora FLOCERT. | Melhorar o preço dos produtos; Eliminar atravessadores; Valorizar os produtores; Melhoria na qualidade de vida dos envolvidos; Manejo e uso correto de produtos; Melhoria na parte financeira e estrutural dos proprietários. | Mudar a conduta e o pensamento; Obedecer às leis trabalhistas e ambientais; Muita burocracia na aplicabilidade do processo como um todo. | Alguns problemas operacionais emergiram na Agricultura Familiar em 2007, com a proposta ofertada no mesmo ano, formaram uma associação, que valoriza o produto, produtores e evita riscos internos; Possui maior vantagem por deter menor poder; Opera internacionalmente por meio de <i>trading companies</i> . |

Fonte: Autores, 2020.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como as iniciativas que correspondem às práticas de ES contribuem para atuação profissional com responsabilidade social e visão de comércio justo para o tecnólogo em comércio exterior, uma vez que colaboram para o desenvolvimento de inteligência cultural e flexibilidade ao entender as dinâmicas culturais, sociais, econômicas, ambientais e até mesmo as relações de poder presentes nesse movimento no comércio nacional e internacional, diretamente relacionados aos canais de comercialização utilizados pelo

Comércio Justo e Solidário, como em feiras, pontos fixos de comercialização solidária, grupos ou cooperativas, compras públicas e *e-commerce*.

Por meio do estudo de caso, foi possível obter dados mais consistentes sobre o processo de obtenção da certificação *Fair Trade*, suas vantagens e dificuldades, contribuindo para o conhecimento de ações que o Tecnólogo em comércio exterior possa realizar a fim de proporcionar o ingresso de organizações no comércio internacional. As organizações estudadas poderiam ter se beneficiado do apoio e consultoria de um profissional de comércio exterior especializado no comércio justo e no selo *Fair Trade*, o que pode representar um interessante nicho de atuação para os tecnólogos da área.

Verificou-se ainda que a economia solidária pode ser lucrativa e capaz de criar novas lógicas de mercado em que haja inclusão social, apoio a grupos com dificuldade de sobrevivência, ou que enfrentam momentos de crise, podendo prosperar. Dentro das associações que utilizam o cooperativismo e a autogestão nascem as tecnologias sociais, ou seja, a utilização de formas de inovação e aperfeiçoamento de processos com vistas a melhorar o desempenho das organizações de economia solidária.

Nesse sentido, a ES permite a existência de interesses e objetivos comuns, –principalmente em questões de países em desenvolvimento – sustentando a união dos esforços e capacidades, da propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária, corroborando para acesso a opções de mercado com preço justo.

A ES, portanto, propicia ao futuro tecnólogo em comércio exterior a possibilidade de unir diversas ferramentas para atuar de modo eficaz e se adaptar ao contexto internacional, adotando técnicas e uma postura de perseverança e dinamismo para completar sua sólida formação global, uma vez que, o despertar de consciência para as questões de desigualdade alicerçadas em valores humanos, econômicos e em práticas sustentáveis e sociais, colaboram para uma visão mais humanizada e emancipadora, permitindo ações mais conscientes correlatas ao uso da inteligência cultural.

REFERÊNCIAS

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. **Tecnologia Social**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/tecnologia-social>>. Acessado em: 16 maio 2019.

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. **Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil**. Travessia. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/intes/antigo/downloads/ARTIGORevistaTravessia2001.pdf>>. Acessado em: 25 jun. 2019.

CLAC. Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019.

Disponível em: <<http://clac-comerciojusto.org/pt-br/comercio-justo/objetivos-de-desarrollo/apresentacao-ods/>>. 2019. Acessado em: 09 de jun. 2019.

CONSUMO SOLIDÁRIO. **Comércio Justo e Solidário**. 2019. Disponível em: <<https://consumoresponsavel.org.br/project/comercio-justo-e-solidario/>>. Acessado em: 25 de jun. 2019.

COTERA, A; ORTIZ, H. Comércio Justo. p. 60-67. In: HESPANHA et al. (coord.), **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. Disponível em: <<http://antares.ucpel.tche.br/nesic/teseantoniocruz.pdf>>. Acessado em: 27 maio 2019.

DAGNINO, R. **Economia Solidária e tecnologia Social**: Construindo Pontes. – Versão preliminar, 2011.

MELLO, R.de; MELLO, R.E.S.de. **Tecnologia Social e economia solidária e as possibilidades de inserção soberana na economia**. VII ENEDS – Teófilo Otoni, MG, Brasil. Set. 2010. Disponível em: <http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/Tecnologia_Social_e_economia_s.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019

NUNES, F. R. **Economia solidária movimenta 8% do PIB brasileiro**. Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. APUFPR. Comunicação. 2014. Disponível em: <<https://apufpr.org.br/economia-solidaria-movimenta-8-do-pib-brasileiro/>>. Acesso em: 06 abril. 2019.

REDE MOBILIZADORES. **Tecnologias Sociais possibilitam modelos alternativos de desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/tecnologias-sociais-possibilitam-modelos-alternativos-de-desenvolvimento/>>. Acessado em: 27 maio 2019.

SEBRAE. **Comércio justo muda realidade de pequenos negócios**. 2013. <<https://respostas.sebrae.com.br/comercio-justo-muda-realidade-de/>>. Acessado em: 21 maio 2019.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Ed.: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEÑA, Félix. **Mochileros que se visten de "sherpa"**. 2013. Disponível em: <<http://www.felixpena.com.ar/index.php?contenido=wpapers&wpagno=documentos/2013-06-18-mochileros-sherpas>>. Acesso em: 16 maio 2019.